

A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE HABERMAS PARA A GESTÃO SOCIAL

THE THEORETICAL CONTRIBUTION OF HABERMAS TO SOCIAL MANAGEMENT

José Vitor Lemes Gomes

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais. Brasil, vitorlemes.cso@hotmail.com

Resumo

Esse artigo tem como questão central compreender o pensamento de Habermas sobre os potenciais de participação na democracia e avaliar suas contribuições para fundamentação teórica e conceitual da gestão social. Desse modo, o trabalho objetiva compreender os principais argumentos teóricos de Habermas, assim como refletir a utilidade dos mesmos para a efetivação da gestão social. Essa reflexão justifica-se na compreensão de que o ideal habermasiano de uma democracia participativa, promovida pelo agir comunicativo, é uma alternativa para vários dilemas da modernidade identificados pelo autor. A gestão social é entendida como um processo imbuído de potencial para a participação dialógica de atores da sociedade civil na tomada de decisões sobre temas de interesse público. Esse trabalho é desenvolvido através de pesquisa bibliográfica sobre algumas das principais obras de Habermas, assim como sobre referências relevantes da gestão social.

Palavras-chave: Participação, Racionalidade Comunicativa, Gestão Social.

Abstract

The central question of this article is to understand Habermas' thinking about the potential for participation in democracy and to evaluate his contributions to the theoretical and conceptual foundation of social management. In this way, the work aims to understand the main theoretical arguments of Habermas, as well as to reflect on their usefulness for the realization of social management. This reflection is justified in the understanding that the Habermasian ideal of a participatory democracy, promoted by communicative action, is an alternative to several dilemmas of modernity identified by the author. Social management is understood as a process imbued with potential for the dialogic participation of civil society actors in decision-making on issues of public interest. This work is developed through bibliographic research on some of Habermas's main works, as well as on relevant references of social management.

Keywords: Participation, Communicative Rationality, Social Management.

©UNIS-MG. All rights reserved.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como questão central compreender o pensamento de Habermas sobre os potenciais de participação na democracia e avaliar suas contribuições para fundamentação teórica e conceitual da gestão social. A reflexão parte do pressuposto de que o ideal habermasiano de uma democracia participativa, promovida pelo agir comunicativo, é uma alternativa para vários dilemas da modernidade identificados pelo autor. A gestão social é entendida como um processo imbuído de potencial para a participação dialógica de atores da sociedade civil na tomada de decisões sobre temas de interesse público.

Nesse trabalho busca-se explicar a teoria de Habermas sobre a racionalidade comunicativa como fundamento de uma democracia participativa pautada na deliberação. Para isso apresenta-se uma compreensão dos argumentos teóricos do autor sobre a esfera pública como o âmbito do mundo vivido propício para participação dialógica. A gestão social é apresentada como uma antítese da gestão estratégica através da leitura de referências como França Filho (2008) e Tenório (2008). Enquanto a gestão estratégica ocorre no contexto de estruturas burocráticas, nas quais as decisões são tomadas por poucos gestores localizados no topo da hierarquia das organizações (públicas ou privadas), a gestão social abre a possibilidade da participação de atores da sociedade civil nas tomadas de decisão. Além disso, nas empresas privadas, a gestão é voltada para o lucro, enquanto que na gestão social a prioridade é a promoção de interesses coletivos.

A pesquisa evidencia que Habermas oferece os fundamentos teóricos e conceituais para gestão social. Enquanto a gestão estratégica é pautada por uma racionalidade instrumental/estratégica (ADORNO E HORKHEIMER, 1985), a gestão social é o âmbito favorável para a promoção de uma racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2003). A gestão social requer a participação de atores da sociedade civil aptos a deliberar coletivamente em direção a uma tomada de decisão, portanto constitui-se como uma arena da esfera pública.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte contém reflexões sobre os dilemas da racionalidade instrumental/estratégica que Habermas herdou da tradição frankfurtiana. O autor reconhece a hegemonia desse tipo de racionalidade na modernidade. A racionalidade instrumental é a lógica que estrutura a sociedade como um sistema dentro do qual as instituições (subsistemas), como o Estado e o mercado, regulam as ações individuais através de seus meios, poder e dinheiro. A segunda parte do artigo contém a explicação da racionalidade comunicativa como alternativa para resistência dos atores da sociedade civil ao determinismo da lógica sistêmica. Na terceira parte, finalmente, identifica-se a gestão social como uma prática propícia para o exercício do agir comunicativo. Conclui-se que as premissas teóricas e conceituais que fundamentam a idealização da gestão social são, em grande medida, originárias do pensamento de Habermas.

2 HABERMAS: OS DILEMAS DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL/ESTRATÉGICA

A obra de Habermas se desenvolve a partir dos dilemas da racionalidade instrumental herdados das reflexões frankfurtianas de Adorno e Horkheimer (1985) que remetem às reflexões de Max Weber (2004). A sociologia de Weber demonstra que o processo de racionalização vivido no ocidente culminou no racionalismo de dominação do mundo no qual predomina a ação racional referente a fins, ou seja, a teleologia passa a ser a forma dominante de racionalidade. Esse processo é caracterizado por Weber através de certos fenômenos, típicos da sociedade ocidental moderna, tais como: a tecnificação e a burocratização (HABERMAS, 2012a).

A tecnificação implica no surgimento e no predomínio de receituários técnicos nos diversos ramos da atividade humana que visam o domínio do homem sobre a natureza externa ou sobre si mesmo, o que inclui as técnicas artísticas da música e da pintura, as técnicas de jurisprudência, as técnicas do processo industrial, as técnicas administrativas e em todo tipo de receituário procedimental de maximização de meios adequados para obtenção de qualquer objetivo.

A burocratização ocorre por meio da aplicação de técnicas administrativas que conduziram a hierarquização e impessoalidade no mundo do trabalho, seja na indústria capitalista, no aparato estatal, ou no instituto de ciência. Em todas essas esferas a burocratização possibilitou a ampliação de controle sobre os homens, o controle sobre os operários nas fábricas, o controle sobre os funcionários públicos nas repartições públicas, o controle sobre os cidadãos no âmbito político, submetendo todos às normas impessoais burocráticas.

Weber (2004) apresenta a imagem de um mundo, no qual a liberdade, a criação e a expressão individual são solapadas, pela lógica hierárquica e impessoal da burocracia estatal e do poder monetário vigente no mercado, âmbitos fundamentais da vida social nos quais o indivíduo é dominado independente da sua própria vontade.

Adorno e Horkheimer (1985), assim como seus colegas do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, desenvolveram as reflexões iniciadas por Weber ao vivenciarem uma fase sombria do capitalismo tardio. É a fase do apogeu de forças políticas e culturais dominantes que reforçaram drasticamente o diagnóstico weberiano de dominação do homem sobre a natureza e sobre a sociedade. Trata-se da vigência do nazi-fascismo na Europa, da cultura de massa nos Estados Unidos e, no âmbito do socialismo real, o stalinismo soviético, o qual esteve longe das perspectivas de Marx.

Em *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) ilustram tal fato ao abordarem a Cultura de Massa promovida pela Indústria Cultural, isto é, todos os meios de comunicação de massa que têm a capacidade de dominar o sujeito por ideias que ele absorve passivamente. Os meios de comunicação de massa somados às estratégias de marketing, publicidade e propaganda dos gestores das programações radiofônicas e televisivas, são exemplos das técnicas científicas a serviço da dominação sobre o próprio homem. O ponto central da crítica de Adorno e Horkheimer é que a razão iluminista abdicou da capacidade de refletir sobre si mesma, sobre suas consequências para a vida social como um todo, tornou-se pura técnica de obtenção de objetivos de curto prazo em nome de interesses restritos sem esclarecer e emancipar a humanidade.

Em sua obra, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1962, Habermas (1984) considera a esfera pública como o âmbito da vida social apropriado para os cidadãos examinarem, argumentarem e discutirem temas referentes à vida pública. Porém, o autor destaca que a esfera pública sofre, desde o século XIX, forte influência das corporações privadas da imprensa no intuito de manipular a opinião pública.

Habermas identifica o controle de interesses privados nos meios de imprensa como causa da manipulação da opinião pública. Na modernidade capitalista os proprietários dos meios de comunicação abordam a esfera pública como qualquer nicho de mercado no qual multiplicar seu capital. Nesse contexto a imprensa é um instrumento utilizado para persuadir consumidores e cidadãos, em favor dos interesses do mercado.

“...os meios de comunicação de massa mesmo em sua parte não comercial estimulam o comportamento consumista e fixam-no em determinados modelos (...) exaltam uma

educação de consumidor que já começa na infância e que acompanham intensamente os adultos: hoje a profissão futura de cada criança é a de um consumidor formado” (HABERMAS, 1984, 225).

No âmbito político Habermas destaca que se mobiliza a propaganda para influenciar potenciais eleitores, tal como consumidores. “Os partidos e suas organizações auxiliares vêm-se obrigados a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário, de modo bem análogo à pressão dos comerciantes sobre as decisões de compra...” (HABERMAS, 1984, 252).

Habermas evidencia que os interesses privados, voltados à acumulação de capital, são promovidos através de uma gestão estratégica da propaganda e do marketing político. A essência desse processo é a racionalidade instrumental diagnosticada por Adorno e Horkheimer. Essa racionalidade é a chave explicativa dos procedimentos de influência dos interesses privados na esfera pública que culminam na manipulação da opinião pública.

No início de sua carreira Habermas reproduz o diagnóstico pessimista da modernidade ao modo de seus mestres da Escola de Frankfurt. Nesse caso as técnicas da imprensa e da radiodifusão são compreendidas como práticas comandadas por uma gestão estratégica de empresas burocratizadas que maximizam a ampliação de capital econômico e político em detrimento do seu potencial de esclarecimento junto ao público. Habermas reconhece a prevalência de uma racionalidade instrumental promotora de uma comunicação distorcida que culmina em uma opinião pública manipulada em favor de interesses comerciais e políticos. Tais práticas inviabilizam o projeto iluminista de esclarecimento ao perpetuarem formas de dominação do homem sobre o homem através de uma gestão estratégica das empresas que atuam na esfera pública.

A partir de então Habermas dedica-se a encontrar uma solução para os dilemas da hegemonia da racionalidade instrumental/estratégica na modernidade. Seu diagnóstico ganha corpo na sua obra magna: *A Teoria do Agir Comunicativo*, de 1981. O autor argumenta que, na modernidade capitalista, a racionalidade instrumental/estratégica se reproduz a partir de instituições sociais hegemônicas como o Estado e o mercado de modo sistêmico.

A noção de sistema utilizada por Habermas advém da teoria de Talcott Parsons, na qual a sociedade é concebida com um grande sistema constituído de subsistemas tais como a economia, a política, o direito, a religião. Cada um desses subsistemas determina a ação do sujeito. Alguns subsistemas envolvem todos, ou quase todos, os membros da sociedade, tais como o mercado e o Estado, pois ninguém vive sem fazer as trocas no mercado através do dinheiro e ninguém vive dignamente sem ser reconhecido como cidadão perante o Estado burocrático. Segundo Giddens, “the two main spheres in which purposive-rational action becomes institutionalized, and the basis of system integration, are the economy and the state. Money is the dominant circulating medium (Parsons) in the former, power in the latter.” (GIDDENS, 1985, 102). Logo, tais subsistemas, exercem um determinismo sem precedentes e são definidores da ordem social enquanto tal.

O determinismo do sistema sobre o ator se deve ao fato de o sistema ter uma lógica própria que não depende da vontade ou da opinião individual. Perante o mercado, só há trocas com dinheiro, meio através do qual os valores são definidos em função da lógica da oferta e da procura. Diante do Estado só há interface através das regras específicas da burocracia, a lógica é a dos documentos autênticos que através de números definem o cidadão como mais um na multidão, situação que expressa a diluição da importância dos laços parentais e do peso da descendência, típicos das sociedades tradicionais.

Meios de comunicação não linguísticos, tais como o dinheiro e o poder, ligam as interações ao espaço e ao tempo, formando redes cada vez mais complexas e não transparentes que fogem à responsabilidade de qualquer pessoa. E, se a capacidade de responder pelos próprios atos significa que podemos orientar nossas atitudes segundo pretensões de validade criticáveis, uma coordenação da ação desatrelada do consenso produzido comunicativamente, isto é, desmundanizada, não pode exigir dos participantes da interação a capacidade de responder pelos próprios atos (HABERMAS, 2012b, 333).

Portanto, o sistema é o espaço típico da racionalidade instrumental, na qual, os meios, dinheiro e poder são utilizados como instrumentos para obtenção de fins ligados a interesses egocêntricos. Assim tais meios, a cada vez que são usados, apenas garantem a reprodução do sistema, sem abrir margem para transformação social. A transformação social, nesse caso só pode advir do mundo da vida, âmbito da realidade social dotado de potencial para a ação comunicativa, potencial esse que é, cada vez mais, restringido pela lógica expansiva do sistema que coloniza o mundo vital. Diante dessa situação, Habermas pretende, com sua obra magna, isto é, *Teoria do agir comunicativo*, denunciar as patologias sociais da modernidade como resultado da colonização do sistema sobre o mundo da vida. Habermas aponta como solução o revigoreamento do agir comunicativo apesar das restrições prevalentes no mundo vital contemporâneo.

Não resta dúvidas que o sistema é um obstáculo à transformação social a partir de ações sociais. Contudo, Habermas entende que existe um potencial para transformação social apesar da pressão do sistema. Esse potencial ancora-se em outra dimensão da vida social que o autor chama de mundo vivido. O mundo da vida é a dimensão social do cotidiano, no qual as ações se dão espontaneamente (sem coerção) tendo como pano de fundo a vida comum dos atores que partilham uma mesma situação. Esse pano de fundo, ancorado na cultura, nos costumes e nas tradições é propício a continuidade, manutenção da ordem social enquanto tal, pois edifica-se sobre certezas imediatas, convicções inabaláveis e não questionáveis, ou, ainda, como afirma Habermas: “Ele (o mundo vivido) constitui o solo não questionado de todos os dados e a moldura no âmbito da qual aparecem os problemas...” (2012b, 240).

Por outro lado, Habermas demonstra que, enquanto espaço da intersubjetividade, da interpretação cooperativa da realidade, o mundo vivido apresenta uma brecha para o questionamento e a mudança. Se para a fenomenologia a atitude natural pode ser suspensa pela redução fenomenológica, para Habermas é o agir comunicativo que pode abalar a estabilidade das crenças tornando o mundo vivido um espaço de questionamento dialógico, no qual os atores buscam entendimento e consenso.

Descobrimos que o mundo da vida é um reservatório para interações simples; e os sistemas de ação e de saber especializados, que se formam no interior do mundo da vida, continuam vinculados a ele. Eles se ligam a funções gerais de reprodução do mundo da vida (como é o caso da religião, da escola e da família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicativo através da linguagem comum (como é o caso da ciência, da moral, da arte). Todavia, a esfera pública não se especializa em nenhuma dessas direções; por isso quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada (HABERMAS, 2003, 92).

Habermas reconhece que na modernidade capitalista, o mundo da vida é colonizado pela lógica do sistema. A colonização do sistema sobre o mundo da vida tem como resultado o predomínio da racionalidade estratégica sobre a racionalidade comunicativa. De acordo com

Habermas, chamamos uma ação de estratégica “...quando a consideramos sob o aspecto da observância de regras de escolha racional e quando avaliamos o grau de efetividade da influência exercida sobre as decisões de um oponente racional” (2012a,495-496). Isso significa que a racionalidade estratégica é mobilizada pelo ator racional que planeja interferir no comportamento alheio no intuito de manipular as ações e conduzir a interação em função de seus interesses egocêntricos.

O pano de fundo da racionalidade estratégica é o mesmo da racionalidade teleológica e instrumental¹, ou seja, a ação racional referente a fins, a qual utiliza os meios eficazes para obtenção de fins fixados pelo interesse egocêntrico sem considerar questões éticas e morais, desprezando, muitas vezes, as consequências da ação sobre a vida coletiva. Nesse caso, a busca de entendimento e consenso no mundo da vida é inviabilizado, uma vez que, os interesses coletivos podem ser antagônicos aos interesses individuais egoísticos.

3 SOLUÇÃO HABERMASIANA: A DEMOCRACIA DELIBERATIVA

A solução habermasiana tem como cerne o tema da racionalidade. De acordo com Habermas, a racionalidade é um fenômeno inerente ao homem, independente da época e da sociedade onde o homem se encontra. Nesse caso, racionalidade é concebida como capacidade de elaborar imagens de mundo por via simbólica, o que tem menos a ver com a posse de conhecimento e mais a ver com o modo como o sujeito adquire e emprega o conhecimento. Se nas sociedades modernas a ciência é fonte de imagens de mundo e receituários de ação, nas sociedades tribais foram os mitos que forneceram tais imagens e móveis de ação, e, ainda que, o conteúdo seja diferente, o modo de pensar é parecido. Para Habermas, mais importante que o conteúdo do pensamento é o modo de pensar.

Temos de tomar como ponto de partida que os membros adultos de sociedades tribais primitivas são fundamentalmente capazes de adquirir as mesmas operações formais adquiridas por membros de sociedades modernas (...). Não se mede a racionalidade de imagens de mundo segundo qualidades lógicas e semânticas, mas segundo conceitos básicos que essas imagens de mundo põem a disposição do indivíduo para que interpretem seu mundo (HABERMAS, 2012a, 96).

Segundo Habermas, são racionais, as pessoas capazes de interpretar o mundo e sua situação nele a luz de padrões valorativos culturalmente apreendidos. Além disso, racionais são as pessoas capazes de refletir os próprios padrões valorativos e as regras da linguagem através das quais conhece o mundo e se situa nele. Desse modo, “como racionais podemos designar homens e mulheres, crianças e adultos, ministros de estado e motoristas de ônibus...” (HABERMAS, 2012a, 32).

¹ Weber utilizou o termo racionalidade teleológica para caracterizar a racionalidade inerente ao agir racional referente a fins. O termo racionalidade instrumental aparece na *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985) e Habermas a diferencia da racionalidade estratégica em HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p.495-496. Habermas esclarece que tanto a ação instrumental quanto a estratégica tem como pano de fundo a ação racional referente a fins, a racionalidade teleológica, porém enquanto a racionalidade estratégica é necessariamente uma racionalidade mobilizada em relações sociais, interações, a racionalidade instrumental pode ser apenas a aplicação de técnicas sobre a natureza externa ou à objetos, ou seja, se dá em situações não sociais.

Até então, as observações de Habermas sobre racionalidade nada mais são que reprodução do conhecimento sociológico já existente sobre o tema. A inovação de Habermas se dá quando o autor aponta a linguagem como médium da racionalidade nas relações intersubjetivas. Com isso, Habermas remete ao pensamento grego, para o qual razão e palavra eram nomeadas igualmente como *logos*.

...ao adotar como ponto de partida o emprego comunicativo do saber proposicional em ações de fala, tomamos uma decisão prévia em favor de outro conceito de racionalidade, filiado a noções mais antigas do *logos*. Esse conceito de racionalidade comunicativa traz consigo conotações que, no fundo, retrocedem a experiência central da força (...) geradora de consenso própria a fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas, para então, graças à concordância de convicções racionalmente motivadas, assegura-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital (HABERMAS, 2012a, 35-36).

Sob a influência da fenomenologia, Habermas confere grande importância ao mundo da vida como arena da intersubjetividade, a qual só pode ser efetivada através da linguagem verbal. “O mundo só adquire objetividade ao tornar-se válido enquanto mundo único para uma comunidade de sujeitos capazes de agir e utilizar a linguagem. (...) Com essa prática comunicativa, eles ao mesmo tempo se asseguram (...) do seu mundo da vida intersubjetivamente partilhado” (HABERMAS, 2012a, 40).

A racionalidade comunicativa, pedra de toque do pensamento de Habermas, consiste em pensar dialogicamente através da argumentação para propor hipóteses em contextos isentos de coação, em prol do convencimento pelo melhor argumento. Esse procedimento leva ao reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade que, então, transforma a opinião em saber.

Portanto, a racionalidade comunicativa é o fio condutor de um entendimento linguístico que tem como arena propícia o mundo da vida cotidiano, quando nesse, os atores encontram contextos, isentos de coação, abertos ao diálogo, no qual podem ser apresentados diferentes argumentos com vistas ao entendimento intersubjetivo.

É importante esclarecer que no agir estratégico há o uso da linguagem, até porque esse tipo de ação se dá na interação e busca persuasão. Porém, antagônico ao modelo comunicativo de ação, a linguagem é utilizada de modo unilateral, pois, o ator que age de modo estratégico não se abre à possibilidade de ser convencido, uma vez que entra na interação com um plano pré-definido de ação, plano no qual há um objetivo inalienável de caráter egoístico, desprezando a possibilidade de entendimento honesto e benéfico para seu interlocutor. Desse modo, o ator que age estrategicamente, só utiliza a linguagem para manipular seu interlocutor através da distorção persuasiva da comunicação, o que, muitas vezes é feito de maneira dissimulada.

No caso do agir comunicativo, por outro lado, o ator se pauta na busca sincera do entendimento por meio da linguagem. Faz, assim, o uso dialógico da linguagem, através do qual pode convencer, na mesma medida que admite ser convencido, desde que seu interlocutor apresente o melhor argumento². Nesse caso, o entendimento é o objetivo que dá sentido à ação e

² “Argumentation, as He puts it, is a court of appeal of the rationality inherent in everyday communication: it makes possible the continuation of communicative action when disputes arise, without recourse to duress.”(GIDDENS, 1985, p.99).

visa a “um comum acordo que satisfaça as condições de um assentimento racionalmente motivado quanto ao conteúdo de uma exteriorização” (HABERMAS, 2012a, 496).

Tanto o agir estratégico, quanto o agir comunicativo são ações racionais. Porém, enquanto a ação estratégica é a expressão do uso egoístico e individualista da razão, o agir comunicativo é a solução apontada por Habermas para os diagnósticos weberianos e frankfurtianos da racionalidade moderna. A solução habermasiana reinveste a razão de seu potencial emancipador, ideal que se perdeu no processo de racionalização do ocidente. Habermas ressuscita a esperança de que a construção de uma ordem social mais justa e livre seja possível, porém, sem considerá-la no horizonte marxista da revolução proletária. O caminho apontado por Habermas é a disseminação da racionalidade comunicativa no intuito de generalizar ações livres com vistas ao entendimento dialógico que crie consensos razoáveis ao bem-estar coletivo.

O agir comunicativo pode ocorrer em interações livres de coerção, onde os indivíduos interagem em situação de igualdade, com liberdade para expressar opiniões a respeito da vida pública. O espaço propício para esse tipo de interação é o mundo vivido. Nessas condições o diálogo pode produzir a intersubjetividade negociada coletivamente, o solo para consolidação de alternativas para os problemas públicos isentas das determinações sistêmicas.

Os que agem comunicativamente encontram-se numa situação que eles mesmos ajudam a construir através de suas interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-se dos atores que visam o sucesso e que se observam mutuamente como algo que aparece no mundo objetivo. O espaço de uma situação de fala, compartilhado intersubjetivamente, abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros, assumindo obrigações ilocucionárias. Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ele está aberto para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar (HABERMAS, 2003, 93).

Habermas especifica que o agir comunicativo voltado a proposição de soluções para temas públicos ocorre em um âmbito específico do mundo vivido, isto é, a esfera pública. O autor considera a esfera pública como uma estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida através da sociedade civil.

Nesta medida, a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos próprios problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controle ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político (HABERMAS, 2003, 91).

Habermas esclarece que a esfera pública não deve ser entendida como uma instituição, pois, ao contrário de qualquer organização formal, a esfera pública não se estrutura normativamente. Na esfera pública não há diferenciação entre competências e papéis, assim como não há regulação quanto aos modos de pertencimento. Do mesmo modo, não se pode

pensar a esfera pública como um sistema, pois, ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos de comunicação são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (...) A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana (HABERMAS, 2003, 92).

A esfera pública é o espaço propício para os encontros fundados no agir comunicativo. O espaço de uma situação de fala é compartilhado intersubjetivamente quando os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros. A esfera pública acontece de modo concreto, com público presente, em reuniões, foros, palcos, arenas etc. Além da presença física dos seus integrantes, a esfera pública é fomentada pela presença virtual de leitores situados em lugares diferentes, de ouvintes e expectadores. A esfera pública é o espaço propício para a formação da opinião pública. Quando as interações ocorrem pautada por uma racionalidade comunicativa, os mecanismos de manipulação da opinião são superados em favor de um entendimento construído intersubjetivamente.

Na esfera pública, as manifestações são escolhidas de acordo com temas e tomadas de posição pró ou contra; as informações e argumentos são elaboradas na forma de opiniões focalizadas. Tais opiniões enfeixadas são transformadas em opinião pública através do modo como surgem e através do amplo assentimento de que gozam (HABERMAS, 2003, 93).

Agindo comunicativamente na esfera pública os cidadãos podem influenciar o sistema político em favor de interesses públicos. Nessas condições os atores da sociedade civil podem promover a opinião pública superando a pressão do sistema. Evita-se assim que a opinião pública seja manipulada pela racionalidade estratégica das instituições sistêmicas de marketing, propaganda e gestão.

Habermas pensa um modelo de democracia pautada no uso intersubjetivo da linguagem que se funda em uma racionalidade comunicativa. Essa premissa passa a ser nomeada de democracia deliberativa, um processo de deliberação intersubjetiva para política democrática. A participação dos cidadãos na esfera pública, opinando livremente sobre temas de interesse público, é a condição básica para prática de uma cidadania deliberativa.

Ao mostrar que os potenciais interativos que geram a participação e renovam a cultura política não se localizam na esfera na qual a expansão das estruturas administrativas do Estado moderno ocorre, Habermas torna-se capaz de conciliar participação e administração complexa. Para ele, a democracia se constitui em um fluxo de comunicação que tem o seu início nas redes de comunicação da esfera pública. Os acordos políticos resultantes desse processo são legalmente institucionalizados e administrativamente implementados. Diferentemente do elitismo democrático, a democracia nessa acepção, é estruturalmente dependente das redes de comunicação existentes na esfera pública,

redes essas que estabelecem a direção do processo de produção de poder nas sociedades democráticas. A relação entre administração, participação e racionalidade, vista sob essa perspectiva, torna-se uma relação de tensão e complementariedade (AVRITZER, 1996, 21).

A proposta de um modelo deliberativo de democracia participativa implica em uma ruptura da hegemonia das decisões no sistema político, ou seja, a administração pública passa a ser pressionada por uma opinião pública, pois passa a ter de levar em conta a influência dessa última nas suas decisões. A gestão estratégica da coisa pública passa a sofrer influência de uma opinião pública que resulta dos procedimentos de uma racionalidade comunicativa entre cidadãos atuantes em uma esfera pública ancorada no mundo vivido. Habermas evidencia a existência dos potenciais da ação comunicativa no seio da esfera pública como uma alternativa para a vigência da racionalidade estratégica dominante na administração do sistema político.

Após iniciar sua carreira intelectual sob a influência de Theodor Adorno, Habermas dedicou anos de reflexão na busca de uma solução para a aporia da racionalidade instrumental (estratégica) legada por seu mestre. No início dos anos 1980, a solução habermasiana ganha corpo na obra *Teoria do Agir Comunicativo*, obra magna do autor, em que teoriza sobre a racionalidade comunicativa como guia de um agir comunicativo desenvolvido nas interações intersubjetivas de agentes no solo do mundo vivido.

Em 1992, Habermas lança a obra *Direito e Democracia* (2003), na qual desenvolve reflexões sobre os potenciais da ação comunicativa na esfera pública democrática. O autor evidencia que o Estado Democrático de Direito não precisa se limitar a imposição de uma administração estratégica. O sistema político não deve estar fechado às demandas da sociedade civil, mas ao contrário, pode sofrer a pressão da opinião pública que ressoa a partir da esfera pública. Os cidadãos da sociedade civil podem exercer essa pressão sobre o sistema político através de ações coletivas orientadas pela racionalidade comunicativa.

Habermas (2003) produziu um novo paradigma para as teorias da democracia. O legado do autor não se restringe a evidenciar os potenciais de pressão da sociedade civil sobre o Estado, mas além disso, trouxe a luz a possibilidade de uma nova forma de gestão da coisa pública, isto é, uma gestão participativa, que inclui diversos atores da sociedade civil. Nesse sentido, a teoria habermasiana fomenta as bases teóricas da Gestão Social, uma gestão representativa da sociedade e para a sociedade, uma gestão dotada de canais para manifestação da opinião pública, uma gestão participativa e deliberativa.

4 A GESTÃO SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE HABERMAS

A gestão social distingue-se da gestão estratégica convencional da administração pública e privada. Tanto na administração privada, quanto na administração pública, prevalece a estrutura burocrática das organizações. Nessas condições ocorre uma gestão estratégica que se pauta em estruturas hierarquizadas, nas quais as decisões são tomadas por poucos administradores que se encontram em posições de poder. Na administração privada a gestão estratégica é voltada para o lucro econômico. Na administração pública, muitas vezes, a gestão estratégica visa a promoção de interesses políticos que nem sempre tem sintonia com o real interesse público. Nos dois casos as decisões não são discutidas em um círculo expandido de atores que, direta ou indiretamente, possam ser afetados pelas decisões.

A gestão social, como o próprio nome sugere, é uma gestão voltada para o social e processada coletivamente. "...trata-se de compreender um ideal de gestão que não se orienta em

primeiro lugar, para uma finalidade econômica – contrariando desse modo toda uma tradição de desenvolvimento das técnicas e metodologias gerenciais em administração” (FRANÇA FILHO, 2008, 27). A finalidade da gestão social é a satisfação do coletivo social afetado pelas decisões. O procedimento da gestão social consiste na inclusão de diferentes atores sociais na tomada de decisão.

França Filho (2008) esclarece que a gestão das demandas da sociedade pode se dar por meio da participação da sociedade, através de suas diversas formas de auto-organização. Podemos considerar como formas de participação social nas tomadas de decisão as experiências associativas, a participação de atores da sociedade civil em ONGs, conselhos deliberativos de políticas públicas, o orçamento participativo etc.

...corresponde então ao modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretendam, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal. As organizações atuando neste âmbito, que são sobretudo associações, não perseguem objetivos econômicos. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, que podem definir-se também em termos culturais (de promoção, resgate ou afirmação identitária etc.), políticos (no plano de uma luta por direitos etc.) ou ecológicos (em termos de preservação e educação ambiental etc.), a depender do campo de atuação da organização. É exatamente esta inversão de prioridades em relação à lógica da empresa privada que condiciona a especificidade da gestão social (FRANÇA FILHO, 2008, 32).

A citação anterior evidencia que a gestão social envolve a sociedade civil e isso ocorre no âmbito da esfera pública. Devemos lembrar que Habermas afirmava a esfera pública como uma arena potencial para o exercício de uma racionalidade comunicativa no âmbito da democracia deliberativa. Compreende-se, portanto, a gestão social, como uma prática aberta para os potenciais do agir comunicativo em busca de entendimentos coletivos.

Fernando Guilherme Tenório, uma das principais referências sobre o tema da gestão social no Brasil, mobiliza o paradigma da racionalidade comunicativa para pensar a gestão social. De acordo com esse autor, a gestão social se baseia no entendimento, estreitamente vinculado com a linguagem, pois, “no processo de gestão social [...] a verdade é a promessa de consenso racional, [...] não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção de mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva” (TENÓRIO, 2008b, p. 27).

Prevalece, entre os estudiosos da gestão social, inúmeros dissensos. Apesar disso há um ponto de consenso, a participação, ou seja, a gestão social é baseada na participação, não há gestão social sem participação. A gestão social envolve a tomada de decisão coletiva, de modo que aqueles que participam não devem ser coagidos, mas ao contrário devem participar do diálogo na construção de alternativas para problemas de interesse coletivo. Tenório (2008) busca na teoria habermasiana os fundamentos para seu entendimento de gestão social, pois a entende como:

...processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008, 158).

Para Tenório (2008) a racionalidade comunicativa de Habermas seria uma possível saída da racionalidade estratégica. O autor entende a racionalidade instrumental como obstáculo para emancipação e autonomia do homem. Nessa perspectiva a gestão social seria uma alternativa dialógica, a possibilidade de um gerenciamento mais participativo em que o processo decisório pode ser exercido por diferentes atores sociais.

Portanto, a gestão social, fundamentada no arcabouço teórico conceitual habermasiano, é o tipo de gestão apropriado para uma democracia mais participativa, que supera as restrições burocráticas do sistema representativo. Consiste na inclusão de atores da sociedade civil nos processos decisórios através de práticas dialógicas livre de coerções. Trata-se de um ideal de gestão que inclui as demandas da sociedade civil, manifestas na esfera pública, em favor da promoção do real interesse público.

5 CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas ao longo desse artigo levam à conclusão de que a gestão social é um procedimento favorável para o exercício do agir comunicativo proposto por Habermas como forma de resistência à pressão da racionalidade instrumental imposta pelos subsistemas do Estado e do mercado. Por outro lado, conclui-se que as premissas teóricas e conceituais da gestão social são, em grande medida, originárias do pensamento habermasiano.

Entre os estudiosos da questão social existe um ponto de consenso: a gestão social tem como premissa fundamental a participação. As experiências da gestão social têm o potencial de mobilizar atores da esfera pública para exercer resistência à pressão da racionalidade estratégica que pauta a gestão de organizações públicas e privadas. Desse modo, a esfera pública, ancorada no mundo vivido, assume o potencial de controlar e influenciar as decisões de gestores públicos em prol de interesses coletivos. O sucesso da tomada de decisões coletivas na prática da gestão social requer que essa se construa em uma interação dialógica livre de coerções, na qual os sujeitos envolvidos possam expressar livremente seus anseios, assim como devem apresentar disposição para ouvir os demais na busca de um entendimento em favor dos interesses coletivos.

A tomada de decisões coletivas no âmbito da gestão social ainda requer a transparência e a linguagem inteligível entre os sujeitos envolvidos. Participação, liberdade (ausência de coerção), transparência, inteligibilidade e dialogicidade são requisitos do agir comunicativo habermasiano fundamentais para a gestão social. É necessário reconhecer que, na experiência da gestão social, nem sempre todos esses requisitos estarão completamente consolidados. Porém, tais requisitos, não deixam de ser referências para o sucesso desse tipo de gestão. Quanto mais efetivos forem tais requisitos, mais social será a gestão.

Portanto, demonstrou-se ao longo desse artigo que existem fartas evidências quanto a sintonia entre os ideais da gestão social e o arcabouço teórico conceitual habermasiano em favor de uma cidadania deliberativa. Tenório (2008) argumenta que a cidadania deliberativa faz jus à multiplicidade de formas de comunicação e une os cidadãos em torno de um auto entendimento ético.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definição de Gestão Social. In: CANÇADO, A.C. et al. (orgs). **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte: UFC, 2008.

GIDDENS, Anthony. Reason without revolution. In: BERNSTEIN, Richard. **Habermas and modernity**. Cambridge, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. V.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. V.1. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. V.2. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

WEBER. Max. **Economia e Sociedade**. V. 1. Brasília. UnB. 2004